

MO(VI)MENTOS DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA NOS CAMINHOS DA ANÁLISE DE DISCURSO: OS BRASIGUAIOS

MO(VE)MENTS OF HISTORY AND MEMORY IN THE PATHS OF DISCOURSE ANALYSIS: THE BRAZIGUAYANS

Felipe Augusto Santana do Nascimento¹

felipe.augustus@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir os lugares da história e da memória no aparato teórico da Análise de Discurso. A história está presente na “teoria materialista do discurso” como um campo de pesquisa necessário para compreender o discurso na articulação entre língua e história, por meio, principalmente, do viés do real da história – a contradição. É preciso, no entanto, observar que, na Análise de Discurso, a história pode remeter à historicidade (movimentos na/pela história dos processos discursivos), à historiografia (discurso historiográfico) e, principalmente, ao materialismo histórico (a existência de contradições), condição para que os discursos existam. A memória, por sua vez, surge na teoria pela necessidade de se compreender os efeitos produzidos no passado que retornam ao presente por meio da linguagem. Novamente, o que aqui está em jogo é a relação entre língua e história nos processos discursivos e o papel da memória nessa atualização/construção. Pontuaremos, portanto, a relação entre história e memória na Análise de Discurso e a necessidade de se compreenderem os lugares ocupados por essas noções na teoria, o que será exemplificado a partir da história e da(s) memória(s) em torno dos brasiguaios.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Brasiguaios. História. Memória.

Abstract: This work aims to discuss the places of history and memory in the theoretical foundation of discourse analysis. The history is present in the “materialist theory of discourse” as a research field required to understand the discourse in the link between language and history, mainly by means of the bias of the real of history – the contradiction. However, it is necessary to take into account that, in the Discourse Analysis, the history may relate to historicity (movements in/for the history of the discursive processes), to historiography (historiographical discourse) and to historical materialism (existence of contradictions), which is the condition for the existence of discourses. The memory, in turn, arises in the theory from the need to understand the effects produced in the past that return to the present by means of the language. Again, the main point here is the relationship between the language and history in the discursive processes and the role of memory in this update/construction. Therefore, we will discuss the relationship between history and memory in the Discourse Analysis and the need to understand the places occupied by these concepts in the theory, what will be exemplified from the history and the memory(ies) around the braziguayans.

Key words: Discourse Analysis. Braziguayans. History. Memory.

¹ Graduado em Letras e Mestre em Linguística pela UFPE. Doutorando em Linguística no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL/UNICAMP). Bolsista do CNPq.

O risco evocado de uma vizinhança flexível de mundos paralelos se deve de fato à diversidade das condições supostas com essa inscrição: é a dificuldade – com a qual é preciso um dia se confrontar – de um campo de pesquisas que vai da referência explícita e produtiva à linguística, até tudo o que toca as disciplinas de interpretação: logo a ordem da língua e da discursividade, a da “linguagem”, a da “significância” (Barthes), do simbólico, da simbolização...

Papel da memória. Michel Pêcheux

1 Primeiras palavras: do lado da história, do lado da memória

É sabido por todos os analistas de discursos (e me refiro àqueles que são filiados à vertente pecheuxtiana) que a Análise de Discurso (doravante AD)² surgiu como um dispositivo teórico-analítico de interpretação de discursos políticos, erguido sob o pilar dos estudos marxistas e a sua relação com a linguagem. Tal empreendimento se justificava pelas circunstâncias históricas em que Pêcheux estava inserido (filiado ao Partido Comunista Francês (PCF), discípulo de Althusser, o avanço iminente de teorias psico-sociológicas e os problemas políticos e filosóficos presentes nos anos 1960) e que o levaram a construir uma máquina discursiva, cuja finalidade seria desvelar os sentidos opacos pela “obviedade” do discurso político. Inserida nessas condições de produção é que a AD, no *entremeio* da Linguística, da Psicanálise e do Materialismo histórico, nascia como um movimento político na e pela teoria, cuja intervenção na Academia era entendida como intervenção política, já que, inevitavelmente, para Pêcheux, fazer teoria era também fazer política.

Nesse *entremeio*, dessa forma, é que a AD se instituiu e se constitui até hoje: no diálogo, no inacabamento, à procura de uma leitura aberta do mundo que leve em consideração a ideologia e os processos históricos nos processos discursivos, materializados pelas diferentes linguagens, em especial, pela língua. Do caráter *entre* da AD, destacamos a sua relação com a história, relação que é antiga e, ao contrário do que alguns podem pensar, fundamental para entendermos, não só a constituição da AD, mas, sobretudo, os processos discursivos constituídos na/pela história. É, então, pelo diálogo travado com historiadores e de sua relação estabelecida com o materialismo histórico que, para a Análise de Discurso, somente é possível compreender os processos discursivos por meio do encontro entre língua e

² Em trabalhos mais recentes, é possível observarmos a designação “Análise materialista do discurso”, ou, ainda, “Análise materialista do discurso brasileira”, uma referência clara ao materialismo histórico, assim como aos desdobramentos sofridos pela AD no território brasileiro. Entendemos que tais designações funcionam como um movimento de resistência frente a uma “des-marxistização” e “des-psicanalização que vem sofrendo a AD (FONSECA, 2012, p. 262) e à proliferação de analistas de discursos no país, que se utilizam de tal “rótulo” sem, muitas vezes, “conhecerem” os fundamentos da AD. É preciso, entretanto, não esquecermos a provocação relembrada por Pêcheux, em *O estranho espelho da Análise do discurso*: “Análise do discurso? É esta disciplina que leva dez anos para estabelecer o que um leitor medianamente experiente compreende em dez minutos?” (2009c, p. 22).

história, cujas falhas do sistema de regras – a impossibilidade, o equívoco – tocam a história no seu mais íntimo: a sua contradição. Mais do que isso: a menção à história na AD não se reduz a esse encontro (essencial) entre a língua e a história, mas se relaciona a um posicionamento político: tomar um partido na luta de classes, daí o caráter materialista da teoria.

A menção à história, desse modo, tanto faz referência à leitura materialista proposta pela AD – a escuta social, no sentido dado à “escuta analítica da prática freudiana” (HEBERT, [1966], 2011, p. 53) –, assim como à historicidade (o movimento *continuum* dos processos discursivos³). Além disso, atentamos para o fato de a história ser entendida também como historiografia, o que remete ao discurso historiográfico; e é por meio dele, portanto, que muitas vezes temos acesso aos acontecimentos históricos e ao mapeamento das condições de produção de um discurso⁴. Esses desdobramentos sobre o lugar da história na AD vão ser discutidos na primeira parte deste texto.

Posteriormente, discutiremos o lugar da memória na Análise de Discurso e os desdobramentos advindos com a inclusão dessa noção na teoria. A noção de memória traz à AD um outro olhar sobre os processos discursivos, já que é por meio dela que é possível compreender o funcionamento do discurso – suas idas e vindas – na produção dos efeitos de sentido. A memória é aquilo que fala antes e que se atualiza no discurso, trazendo consigo dizeres outros que foram silenciados e/ou apagados, mas que ecoam e não cessam de produzir sentidos. É, portanto, na relação entre memória e história – o que do *esquecido* pode ser *lembrado* em determinadas condições de produção – que se situa a relação entre esses dois lugares. A história (enquanto discurso historiográfico) é efeito de uma leitura do passado que produz a ilusão de homogeneidade (foi assim que aconteceu, porque está escrito) e, portanto, não poderia haver espaços para a contradição (o real histórico), tampouco para pensar a história em seu movimento/processo (historicidade); para a AD, no entanto, são essas contradições e movimentos que devem ser enfatizados, daí o caráter materialista da teoria. A noção de memória, por sua vez, é passado-presente, isto é, é o que, no presente, é lembrado do esquecido (do relegado ao passado que insurge no dito); a memória é, dessa forma, entendida

³ Preocupado com o lugar dado às Ciências Sociais na prática teórica, Hebert ([1966], 2011) chega à conclusão de que é preciso uma “escuta social” munida de práticas científicas por meio da re-apropriação de instrumentos que visem à transformação produtora do objeto. Daí Hebert (Pêcheux) elencar a Linguística, a Psicanálise (como ciência do inconsciente) e a História (como “ciência das formações sociais”) como ciências das ideologias que, munidas de práticas teórico-metodológicas, podem produzir o seu o objeto.

⁴ A menção à história como discurso historiográfico pouco aparece na AD, mas parece-nos interessante fazer essa distinção, já que os trabalhos históricos, em AD, recorrem ao discurso historiográfico para compreender as condições de produção. Essa menção que fazemos à historiografia será importante para não sobrepor o discurso historiográfico à historicidade.

como efeito que ecoa no dito. Discursivamente, assim, é na/pela relação entre história e língua que chegamos ao discurso, e é a memória que é atualizada nessa relação, regulando aquilo que é possível *lembrar* e preciso *esquecer* – a memória vai-se construindo por meio de sua relação com a história, que, em uma Formação Discursiva (FD), vai delimitando os sentidos e se tornando a única possível.

É o que discutiremos por meio do discurso em torno dos brasiguaios: sua relação de pertencimento à história do Paraguai e a memória atualizada para se referir a eles. Essa relação que aqui faremos não se tratará propriamente de uma análise, mas de uma exemplificação de como a história e a memória funcionam no processo discursivo. Observaremos que, no jogo entre história e memória, uma trabalha no rastro da outra, ou seja, a história (enquanto discurso historiográfico), como afirmamos anteriormente, trabalha na legitimação do passado, apresentando uma “única” leitura possível sobre os acontecimentos históricos, dando-lhe uma “transparência”; mas, sendo toda história historicidade (o movimento que permite o surgimento de memórias que trabalham na contradição, na heterogeneidade, reatualizando ditos, lembranças), ela (a história) não foge da contradição. Entretanto, o que há, muitas vezes, é um trabalho político da história (oficial) sobre a memória, a fim de reconfigurá-la para construir uma nova história a ser lembrada como a leitura possível sobre o acontecimento (a exemplo dos revisionismos históricos sobre a Guerra do Paraguai – a qual foi recontada, acentuada, de diferentes maneiras ao longo desses quase 160 anos); em outras, há uma tentativa de apagamento da história (dos acontecimentos históricos) por meio da construção de uma memória (*esquecem-se* os acordos políticos entre o Brasil e o Paraguai que fizeram os atuais brasiguaios trabalharem em solo paraguaio e *lembra-se* o fato de eles não serem “paraguaios puros” e que, portanto, não podem ter os mesmos direitos que um “paraguaio puro”, esquecendo-se de que muitos dos próprios “paraguaios puros” são descendentes de estrangeiros – a exemplo do herói nacional Solano López). Em todo o caso, no trabalho da história sobre a memória ou no forjamento de uma memória sobre a história, o que vai produzindo-se são tramas de memórias que, vinculadas a determinadas formações discursivas, são condições necessárias para a filiação do sujeito a uma rede de sentido. Tais noções, mutuamente enriquecedoras e necessárias para o campo da AD, serão mobilizadas por meio desses discursos em torno dos brasiguaios e do Paraguai.

2 O lugar da história

O diálogo entre a História e a Linguística está presente na Análise de Discurso por meio dos trabalhos de Jacques Guilhaumou, Régine Robin e Denise Maldidier que se relacionaram com a AD, inicialmente, por meio de uma aliança interdisciplinar em torno do marxismo (COURTINE, 2006, p. 1). Tratava-se, portanto, de uma nova geração de “historiadores do discurso” que tinham o “discurso como objeto da história” (GUILHAUMOU, 2007, p. 105) e buscavam, na relação entre Linguística e História, por meio da Análise de Discurso, pensar a história na sua dimensão discursiva, em sua articulação com o marxismo. Por esse viés, dessa forma, seria possível compreender os confrontos existentes na história que se constroem por meio do discurso.

A relação entre História e AD, assim, além de nos dar subsídios para compreender como as estratégias discursivas se desenrolam no acontecimento, reacende o interesse pelo arquivo, cuja dispersão dificulta o trabalho do analista de discurso (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2010, p. 182). É por meio, então, do encontro entre a história e a língua que o trajeto temático – o arquivo – poderá resultar em um *corpus* e, dessa forma, ser possível compreender como, no *corpus*, os processos discursivos funcionam em relação ao arquivo, desvelando a existência de contradições por meio do encontro com a língua – a sua materialidade linguística⁵. É o discurso que permite que a relação entre o sistema de regras (a língua) e as contradições existentes produzidas pela história (que atuam na desestabilização da língua) existam, a história atravessa a língua e produz equívocos que não podem ser explicados somente a partir do significante. É, nesse sentido, que a relação entre história e língua se estabelece; não há língua sem equívoco, não há história sem contradição. Eis o real que é preciso se deparar, eis a falta e a falha que irrompem na língua e na história.

Para compreender essa falta, Pêcheux, em seus trabalhos, experimentou o limite do materialismo histórico, o que ocasionou uma “necessidade *infinita* de revisitações, ajustes e aprofundamentos” (FONSECA, 2012, p. 262, *grifo do autor*). Dentre essas revisitações, Piovezani e Sargentini (2011, p. 27) destacam o seu encontro, na segunda metade da década de 1970, com obras de Wittgenstein, Michel de Certeau, e o seu reencontro com Michel Foucault, o que, para os autores, produziu “um doloroso encontro de Pêcheux com a história”⁶. Fonseca (2012, p. 267), no entanto, contraria esse posicionamento, ao afirmar que o que

⁵ Pêcheux compreende arquivo como o “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 2010a, p. 51).

⁶ Destacamos a preocupação de Pêcheux, em *Sobre a (des)construção das teorias linguísticas*, (1998), a partir de uma citação de Foucault e de uma referência a Certeau, sobre a necessidade de, além da leitura dos “Grandes Textos”, “se colocar à escuta das circulações cotidianas tomadas no comum do sentido” (1998, p. 46). A preocupação de Pêcheux, nesse texto, é discutir as (des)construções da história da epistemologia da Linguística, o que o leva a pensar que a língua é um corpo atravessado por falhas – atravessado pela história – e “submetido à irrupção interna da falta” (PÊCHEUX, 1998, p. 54).

ocorreu não foi um encontro doloroso, mas “sim um desenvolvimento no interior do campo da AD das perspectivas trabalhadas com grande empenho por seus historiadores”. É, portanto, a partir da abertura oferecida pelos membros do grupo de pesquisadores em torno do discurso, em especial os historiadores, que Pêcheux depara-se mais fortemente com “esse movimento da história que falava Foucault, movimento que não convém tanto relacionar a potencialidades, a um sentido, uma direção, mas, assim como Marx o havia já discernido, à existência de contradições” (HENRY, 2010, p. 40).

A atenção dada por Pêcheux à obra de Foucault esbarra, no entanto, no que Mالدیدier, Normand e Robin (2010, p. 74-75) denominam de redução por meio da alusão à história, o que faz, para as autoras, Foucault situar-se fora do materialismo histórico. Apesar disso, entretanto, Pêcheux afirma que é necessário se apropriar “daquilo que o trabalho de Foucault contém de materialista e de revolucionário” (PÊCHEUX, [1977], p. 9), já que sua obra nos dá novas possibilidades de pensar o discurso na sua dimensão histórica.

Situar-se no materialismo histórico, então, é central para discutirmos o lugar da história na Análise de Discurso, pois o pensamento materialista está presente desde os fundamentos da AD e aparece mais firmemente nas próprias revisitações de Pêcheux à teoria. Não é possível, para o fundador da AD, pensar a história distanciada da luta de classes, pois “a luta de classes é o motor da história, e produz a história da luta ideológica das classes” (PÊCHEUX, [1997], p. 9). Dessa forma, segundo Mالدیدier ([1971], 2010, p. 160), ao fazer referência a Robin, “este problema ultrapassa o propósito do linguista. ‘Para encontrar a função de uma ideologia’ (...) ‘é preciso sair do texto, mudar de terreno e passar da linguística à história’”⁷. E dessa necessidade de se mudar de terreno, na desestabilização provocada por um real que não cessa de produzir efeitos (e sentidos) que a Análise de Discurso incorporará a contradição e a falta ao seu escopo.

Além disso, a referência à História, enquanto disciplina, é necessária para que compreendamos que, em se tratando também de uma disciplina de interpretação, a História, assim como a AD, depara-se com aquilo que não é possível apreender: o seu real, a contradição (o “discurso outro”, a existência movente da história, que insiste em irromper), porque a identificação nunca é plena, há sempre a “injunção à interpretação, em todos os aspectos sociais, a partir das filiações históricas e seus confrontos” (FONSECA, 2012b, p. 271). E por haver injunção à interpretação “não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça

⁷ O texto de Régine Robin, ao qual Mالدیدier (2010) faz referência, é *Vers une histoire des idéologies: la notion de féodalité dans Le droit et l’idéologie juridique à la fin du 18^e siècle*.

sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências.” (HENRY, 2010, p. 47).

É, pois, o discurso o que impulsiona a história, o seu desenrolar, as suas tramas. O discurso, dessa forma, também é objeto de estudo de historiadores e, muitas vezes, ele corre o risco de reduções, transparências. Sendo, então, a história atravessada pela ideologia, ela (a história) está à mercê, muitas vezes, de manipulações políticas que trabalham na tentativa de cerceá-la, dando-lhe interpretações que criam a “História” (oficial - verdadeira) dos acontecimentos históricos. Trata-se, desse modo, de uma tentativa de produzir “‘efeitos de conhecimento’ de tipo *científico*” (HEBERT, [1967], 1995, p. 66, *grifo do autor*) sem, contudo, reconhecer a falta, a existência de contradições e o político como condições *sine qua non* para falar de uma “ciência da história”. Dessa forma, como afirma Rodríguez-Alcalá (2005, p. 20), “o reconhecimento do político é, assim, a única via para a constituição de uma ‘ciência da história’, desde que não o ‘naturalizemos’, ao identificá-lo com a organização política das necessidades ‘naturais’ comuns dos ‘grupos humanos’”. É preciso, assim, compreender a “ciência da história”, tal como a preconiza Pêcheux, por meio da contradição desigual, em que o “um se divide em dois”⁸ na relação de “contradição-desigualdade-subordinação” (PÊCHEUX, [1977], p. 10). Ou seja, no processo de teorização na “ciência da história”, é necessário levar em conta essa contradição inerente à história no “*processo materialista do conhecimento*” (PÊCHEUX *apud* INDURSKY, 2005, p. 192).

Chegamos, assim, à complexidade em torno do lugar da história na Análise de Discurso. A história é composta por forças intrínsecas (desiguais) que co-existem e disputam espaço na luta de classes⁹. A historiografia (o discurso historiográfico), dessa forma, trabalha na sistematização da história – a única possível –, à procura de uma explicação para os acontecimentos históricos, a verdadeira história, a única que é possível de ser contada. A história, aqui, é transparente e suas contradições inerentes sofrem o cerceamento para torná-la linear, sem falhas, ou seja, uma história sem real. A história é objeto de manipulações políticas, o que pode ser observado na história construída para justificar a constituição de uma nação.

⁸ Referência feita por Pêcheux ([1977], p. 10) é a Marx.

⁹ Lembremos que, na leitura althusseriana sobre a obra de Marx, ele vai afirmar que “a ideologia não tem história, dado que sua história está fora dela, está onde existe a única história possível, a dos indivíduos concretos, etc.” (ALTHUSSER, [1970], p. 73). Em outras palavras, para Althusser, apesar de ser determinada pela luta de classes, a ideologia não tem uma história *própria*, porque ela é *omni-histórica*, ela é (existe). Pêcheux, por sua vez, corrobora esse pensamento althusseriano, ao afirmar que: “a história é um imenso sistema *natural-humano* em movimento, cujo motor é a luta de classes. (...) é no interior desse processo ‘natural-humano’ da história que ‘a Ideologia é eterna’ (*omni-histórica*) – enunciado esse que faz eco à expressão de Freud: ‘o inconsciente é eterno’ (PÊCHEUX, 2009a, p. 138).

Ora, a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas, tal como as papoulas são a matéria-prima para o vício da heroína. O passado é um elemento essencial, passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo. (...) O passado legítima. O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar. (HOBSEBAWN, 2013a, p. 18).

Sendo a história, pois, a matéria-prima para a formação de ideologias nacionalistas, “a história da história [a historiografia] não pode ser uma operação inocente. Ela traduz a subversão interior de uma história-memória por uma história-crítica, e todos os historiadores pretenderam denunciar as mitologias mentirosas de seus predecessores.” (NORA, 1993, 10). É o que ocorre por meio das revisitações historiográficas sobre a Guerra do Paraguai, por exemplo, na construção de um sentimento nacional no Paraguai, cujo passado é revestido de glórias e construído sob o pilar heroico de um povo que, apesar de derrotado na Guerra, conseguiu reerguer-se e reconstruir o seu país. A imagem dos heróis da Guerra imortalizados no Panteão dos heróis, o enaltecimento à imagem de Solano López e à língua guarani – expressão mais “pura” do povo Paraguai – são resgatados pela historiografia paraguaia e utilizados para justificar as medidas tomadas na ditadura de Stroessner. Ou seja, por meio do resgate desse passado “perdido”, constrói-se uma história a qual o povo paraguaio pode identificar-se e comemorar. É preciso ter um passado em comum, unificado, sem contradições, para nele se reconhecer, pois, como afirma Hobsbawn (2013b, p. 25), “ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo”.

Ser paraguaio, portanto, é situar-se nesse passado, no passado legitimado pela história, que não tem espaço para os brasiguaios, já que eles não compartilham essa história e dela não fazem parte. Apaga-se, com isso, o fato de os brasiguaios terem feito parte da construção do país, na segunda metade do século XX, e as contradições advindas em torno dos acordos políticos nessa época – o incentivo paraguaio e brasileiro, para que imigrantes brasileiros migrassem para o Paraguai – que não previam um futuro para eles no Paraguai. Foram, então, condenados a viverem à margem de ambos os governos e (por que não) das histórias (legitimadas) desses países. É linearizada, dessa forma, as contradições históricas que circundam em torno desses imigrantes. A historicidade, o movimento da história, e as suas contradições se tornam passado; e não há, muitas vezes, uma reflexão sobre os efeitos dos enunciados e dos discursos em torno dessa história no presente e no futuro, o passado se torna um objeto distante que precisa ser rememorado. O sujeito-historiador, na ilusão de ser o dono de seu dizer, parece enunciar em uma só voz a história a ser contada e lembrada. Ele é afetado

pela memória discursiva (que determina o que deve e pode ser dito/lembrado) e produz uma memória histórica (a “memória oficial” a ser lembrada)¹⁰.

3 O lugar da memória

O lugar ocupado pela memória, ao contrário do ocupado pela história, não é tão antigo na Análise de Discurso. Enquanto esta está presente desde os fundamentos teóricos e se intensificou ao longo das revisitações e ajustes sofridos pela teoria, a discussão em torno da memória só aparece na AD a partir dos anos 1980, no que se convencionou chamar de terceira fase da AD ou AD-3¹¹. A noção de memória discursiva é introduzida na AD a partir do trabalho de Courtine (2009), ao fazer referência à obra *Arqueologia do saber*, de Foucault. Enquanto a história, afirma Foucault (2008, p. 13-14), tradicionalmente era simplesmente entendida por meio de sua função de “memorizar” o passado, a história (na segunda metade do século XX) se confunde com a arqueologia, o que implica “não uma cronologia contínua da razão”, mas compreender a “descontinuidade” presente na história, que não poderia ser apreendida por uma “história global”, já que ela não conseguiria dar conta da dispersão, sendo preciso discutir como metodologicamente se poderia pensar a “dispersão” e a “descontinuidade”¹². Daí Foucault introduzir a noção de formação discursiva, que permitiria pensar a regularidade presente na dispersão dos discursos.

A memória, assim, consistiria nos enunciados que estão vinculados à FD que são atualizados no discurso, demonstrando sua vivacidade. Os enunciados, dessa forma, alocam-se em domínios associados, o que lhe permitem apresentar uma trama complexa, na qual o enunciado aparece “como elemento singular” (FOUCAULT, 2008, p. 111), ou seja, o

¹⁰ Vale salientar que há pesquisas, no âmbito da própria História, que problematizam o lugar social ocupado pelo historiador na sociedade. Para Certeau (1995), “toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural” (p. 18) e “antes de saber o que a história diz de uma sociedade, importa analisar como ela aí funciona. Essa instituição inscreve-se num complexo que lhe permite somente um tipo de produções e lhe interdita outros. Tal é a dupla função do lugar. O lugar torna possível determinadas pesquisas, por meio de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso o que é sua condição num dado momento; desempenha o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) da análise. Indubitavelmente, essa combinação entre permissão e a interdição é o ponto cego da pesquisa histórica, e a razão pela qual ela não é compatível com não importa o quê. É igualmente sobre essa combinação que age o trabalho destinado a modificá-la” (p. 27, grifo do autor). A partir de seu lugar social, o historiador “conta” o passado, legitima-o: “o lugar que ela corta do passado é igualmente uma maneira de dar lugar a um futuro” (p. 41).

¹¹ É importante observar, como aponta Indursky (2011), que a noção de memória, apesar de não aparecer com esta designação, já estava presente nos primeiros trabalhos da AD por meio da ideia de repetição.

¹² É preciso ressaltar, como já observamos anteriormente, que Pêcheux se contrapõe ao pensamento de Foucault em relação ao lugar que o materialismo histórico deve ocupar na produção do conhecimento. Para Pêcheux, em *Remontemos de Foucault a Spinoza*, Foucault peca em sua obra pelo tratamento dado às noções de ideologia e contradição, o que faz Pêcheux afirmar que é preciso, a partir das noções trabalhadas por Foucault, apreender a dimensão materialista que suas obras apresentam. A noção de descontinuidade, para Pêcheux, encobre a noção de contradição, a qual precisa ser evidenciada.

enunciado coexiste com outros enunciados e se distingue deles por sua singularidade – o que, a nosso ver, pode ser entendido por sua memória. A descrição dos enunciados e das formações discursivas, dessa forma, deve levar em conta a *recorrência* dos enunciados, compreendendo sua relação entre memória e esquecimento (a redescoberta do sentido ou sua repressão) não pelo viés de um retorno ao momento primeiro, mas pelo tratamento dos “enunciados na *densidade do acúmulo* em que são tomados e que, entretanto, não deixam de modificar, de inquietar, de agitar e, às vezes, de arruinar” (FOUCAULT, 2008, p. 141, *grifo nosso*). Em outras palavras, é preciso um trabalho de arqueólogo para compreender “os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras” (FOUCAULT, 2008, p. 157). Eis o trabalho arqueológico proposto por Foucault, que é redimensionado por Courtine para se pensar o lugar da memória na AD.

Para Courtine (2009), assim, a memória, longe de se confundir com a memória cognitiva, é de ordem discursiva e “diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos (p. 105-106, *grifo do autor*). Assim, os enunciados estão submetidos ao “*tempo longo de uma memória*, ao passo que as ‘formulações’ são tomadas no *tempo curto da atualidade de uma enunciação*” (p. 106, *grifo do autor*). A relação entre o tempo do enunciado e sua reformulação, para o autor, é a mesma relação que ocorre entre o interdiscurso e o intradiscurso: uma “*formulação origem*” se atualiza numa “*conjuntura discursiva*”. Eis o que Courtine designa de efeito memória. Em outras palavras: o efeito memória seria aquilo que retorna e é atualizado no discurso, é o enunciado que irrompe na cadeia da formulação (no intradiscurso), trazendo consigo toda uma memória.

Na esteira ainda do pensamento foucaultiano, Courtine (2009) vai definir a memória na sua relação com a formação discursiva, já que ele a pensa no “interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos”. Isso significa que só há memória porque há formação discursiva, que regula o que pode e deve ser dito, isto é, que regula o que pode ser *lembrado* e o que deve ser *esquecido*. Dessa forma, pelo efeito de repetibilidade que os sentidos se vão estabelecendo e se transformando, já que, como afirmou Foucault (2008), a *densidade do acúmulo* (de possibilidades de sentidos do enunciado dentro da FD), à qual fizemos referência acima, não deixa “de modificar, de inquietar, de agitar e, às vezes, de arruinar [o sentido predominante de um enunciado dentro de uma FD]” (FOUCAULT, 2008, p. 141). Trata-se, portanto, do caráter heterogêneo da FD que permite a modificação e a inquietação do “consolidado” na memória. Permite, pois, não apenas regular os enunciados que podem ser ditos, mas também a memória a ser lembrada, já que, dentro de uma mesma

FD, sentidos disputam espaços para serem *lembrados* (fazerem parte da memória predominante), e não serem lançados ao *esquecimento* (não chegar a constituir a memória predominante de uma FD).

É por isso, então, que outros sentidos, os quais não chegaram a fazer parte da memória predominante da formação discursiva, incomodam esta mesma FD, a fim de regular o que pode e deve ser lembrado. Dentro da própria FD, a contradição e a luta de classes se fazem irromper, fato que faz com que, como aponta Indursky (2011), a memória seja lacunar, e não plena de sentido como o interdiscurso¹³. A memória é lacunar, insaturada, porque é constitutiva de falhas e buracos. Os sentidos da memória predominante de uma FD “recobrem” os demais e “impedem” que outros sentidos possam irromper na formação discursiva e (des)estabilizar a memória predominante. Nessa relação de forças, a memória predominante de uma FD, por meio da identificação do sujeito com essa formação discursiva, trabalha no efeito de linearização do sentido, ao apagar as contradições e absorvê-las para dentro da regularidade, determinando assim o que pode e deve ser lembrado/dito. Daí a memória ser entendida como “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 2010b, p. 56).

É a memória, com suas falhas e buracos, por meio da regularização, que determina, juntamente com a formação discursiva, o que deve e pode ser lembrado/dito. É por isso, então, que Courtine se questiona (2006, p. 10): “se a linguagem é o tecido da memória, isto é, sua *modalidade de existência histórica essencial* (...) em que medida a memória determina a ordem do enunciável?”. Parece-nos que a memória é determinante, pois ela, regulada pela FD, é responsável por regular o que vai ser lembrado e o que precisa ser esquecido para ser dito. É o jogo de forças na memória entre o *lembrar* e o *esquecer* que vai determinar o que pode ser enunciado, lembrado. No entanto, o esquecido pode irromper no dito por meio do “lapso” e do “recalque” (PÊCHEUX, 2009b, p. 278), o que colocará em xeque os sentidos dominantes e a memória dominante.

¹³ Dificilmente, uma FD apresentará apenas uma única memória. Se partimos do pressuposto de que a FD é heterogênea e de que ela está em contato com outras formações discursivas, os enunciados que se estabeleceram numa determinada FD serão atualizados pelos sujeitos inseridos nessa formação discursiva de maneira diferente, pois isso dependerá da posição que o sujeito ocupa nessa FD. Assim, é possível pensarmos que, sendo a forma-sujeito fragmentada, o que permite tanto a identificação como a contra-identificação e a desidentificação; a memória predominante da formação discursiva é aquela que está mais relacionada com a forma-sujeito, ou seja, os dizeres mais próprios dessa FD – os que mais a caracterizam – formam, a nosso ver, a memória predominante de uma FD. Os demais dizeres que incomodam a formação discursiva, por meio da heterogeneidade constitutiva dela, podem constituir memórias que estão ali esquecidas (ou melhor, reprimidas) e que, a qualquer momento, podem ser lembradas, irromper na cadeia discursiva dessa FD.

De Nardi (2003), por sua vez, ao se referir à noção de memória, vai pensá-la na sua relação com um lugar anterior, o interdiscurso, em que os já-ditos se assentam, esperando o momento de retornar pelo discurso que se vão formando. Ao recorrer ao trabalho de Courtine, De Nardi (2003) aponta para o termo *domínio de memória*¹⁴, que constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito, o qual se apropria dos enunciados “pré-construídos” na sua enunciação. Trata-se de *uma voz sem nome* (COURTINE, 1999, p. 19) que ressoa no domínio de memória no qual o sujeito se insere e se apropria dos enunciados para enunciar. Nos termos de Indursky (2011, p. 85), portanto, no “*encontro/desencontro* entre o dizer cristalizado pelas práticas discursivas, que faz escoar um sentido que circula na memória social [...], dá-se a ressignificação dos pré-construídos”, permitindo-nos observar com que memórias jogam as práticas, a fim de constituir um discurso fundador (ORLANDI, 2003) sobre algo. É por isso, como afirma De Nardi (2003), que o apagamento da memória é muito significativo na construção da identidade de um povo, pois

[...] ao apagar-se a memória cria-se a ilusão de que o novo acontecimento funcionará livre das amarras do passado; original, originário, ele formaria o marco zero dos discursos que sobre ele irão versar, fundando novos sentidos, independentes daquilo que antes deles se produziu, fundados sobre o esquecimento, dessa memória recusada. (DE NARDI, 2003, p. 83).

E é justamente esse jogo de força na memória que se sucede sobre a história do Paraguai e, conseqüentemente, sobre a história dos brasiguaios. É preciso renegar as derrotas sofridas e as perdas territoriais para os países vizinhos e enaltecer o Paraguai antes da Guerra da Tríplice Aliança (o país que era o mais industrializado da América Latina, apresentava a maioria de sua população alfabetizada e que valorizava a cultura e a língua guarani). Daí os revisionismos históricos, os quais sofreram a história do Paraguai, produzirem a “verdadeira” história sobre o país e, por consequência, uma nova memória, “livre das amarras do passado” (DE NARDI, 2003). Para tanto, criam-se o que Nora (1993) designou de “lugares de memória”: os “restos” do passado que precisam ser guardados, lembrados. Disso a necessidade de se criarem arquivos, “manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (1993, p. 13). Os revisionismos históricos, dessa forma, são acontecimentos que, juntamente com os lugares de memória, vão construindo uma “história oficial” e uma “memória oficial” sobre os acontecimentos históricos no Paraguai.

¹⁴ O termo é introduzido por Foucault, em sua *Arqueologia do saber*, e ressignificado por Courtine (2009) dentro do aparato teórico da AD.

É importante salientar, no entanto, que essa “história oficial” e essa “memória oficial” que são alimentadas pelos revisionismos históricos e pelas construções de lugares de memória (que atuam politicamente para a construção de um sentimento de unidade nacional, de pertencimento a esse passado e, portanto, a esse povo) não apresentam o mesmo efeito para todos. Ou seja: dependendo da formação discursiva na qual o sujeito esteja inserido, a sua relação com essa “história oficial” e essa “memória oficial” será distinta, já que o jogo de força produzido por este encontro com a memória predominante das FD é absorvido de maneira diferentes pelas formações discursivas nas quais os sujeitos estão inseridos. No dizer de Pêcheux (2010b), há duas formas de perceber o choque do acontecimento na memória:

- um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como “boa forma”, estabilização parafrásica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo;
- mas também, ao contrário, o jogo de força de uma “desregulação” que vem perturbar a rede de “implícitos”. (PÊCHEUX, 2010b, p. 53).

O jogo de força presente no “encontro de uma atualidade e uma memória”¹⁵ (PÊCHEUX, 2012, p. 17) pode provocar a inserção do acontecimento na regularização da memória, ou a sua “desregularização”. Isso significa que, em relação aos dizeres sobre o Paraguai e os brasiguaios, alguns acontecimentos históricos (e nos referimos aqui, principalmente, ao acontecimento do revisionismo histórico no Paraguai sobre a Guerra da Tríplice Aliança, ocorrido em 1936, que foi amplamente usado na política de Stroessner, e à entrada maciça de imigrantes brasileiros no Paraguai) provocaram relações diferentes nas formações discursivas sobre os brasiguaios. Trabalhamos, em nossa pesquisa (NASCIMENTO, 2013; 2015), com duas formações discursivas que coexistem em relação aos dizeres sobre os brasiguaios. Designamos essas formações discursivas como “FD do nacionalismo dogmático paraguaio” e “FD do direito de ser cidadão brasileiro e/ou paraguaio”. A primeira se caracteriza por sua filiação discursiva com a filosofia idealista do romantismo europeu e sua consolidação nos ideais republicanos do positivismo, pela volta ao passado, pela busca das raízes de um povo-origem, com o intuito de encontrar o que de mais essencial distingue essa nação de outras; a outra formação discursiva, designamo-la de “FD do direito de ser cidadão (brasileiro e/ou paraguaio)”, uma vez que está em jogo não apenas o

¹⁵ É famosa referência ao texto *Discurso: estrutura ou acontecimento*, de Pêcheux (2012), para definir a noção de “acontecimento, no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. Convencionou-se, com o desenvolvimento da teoria no Brasil, compreender o acontecimento discursivo como uma ruptura da cadeia discursiva, provocando uma nova cadeia. Em *Papel da memória*, no entanto, Pêcheux (2010b), na esteira do pensamento de Pierre Achard, mostra-nos, no entanto, que nem sempre o acontecimento histórico-discursivo significa uma ruptura, já que ele pode ser absorvido e ser dissolvido pela memória.

reconhecimento de ser ou não um “paraguaio puro”, mas o de ser reconhecido pelo Estado como cidadão: seja cidadão paraguaio, seja como cidadão brasileiro.

Nessas duas formações discursivas, observamos que esses acontecimentos são inscritos de forma distintas em cada FD. Na “FD do nacionalismo paraguaio”, os saberes produzidos pelo revisionismo acerca da Guerra do Paraguai (que já foram impulsionados pelos saberes decorrentes desta FD) e a chegada dos brasileiros ao Paraguai – por meio dos acordos políticos entre o Brasil e o Paraguai – foram assimilados (de maneiras diferentes) por essa formação discursiva e dissolvidos na própria FD. Em outras palavras, tais acontecimentos e práticas discursivas geradas a partir deles foram absorvidos nessa FD e passaram a constituir parte dessa memória, a qual é lembrada quando é preciso definir “o paraguaio puro” e o pertencimento à terra paraguaia. Esses discursos produzidos por meio do revisionismo histórico se diluíram na memória de um nacionalismo paraguaio, o que precisa ser lembrado (aquele que se identifica com as datas comemorativas e o Panteão dos heróis – os “lugares de memória” que materializam os discursos que circulam nessa FD), enquanto os acordos políticos para a entrada de brasileiros no Paraguai foram “absorvidos” como uma empreitada para garantir o crescimento do país, e as contradições advindas desses acordos foram relegadas ao esquecimento. O que mudará com o fim do crescimento econômico no Paraguai e as dificuldades socioeconômicas advindas com ele, esse acontecimento histórico, portanto, vai culminar na “desregulação” dos “implícitos” dessa FD. No entanto, apesar dos abalos ocasionados por esse acontecimento, no jogo de forças na FD, ela reprimiu esses sentidos e os afastou de sua memória predominante. Esses sentidos ficaram esquecidos e são eles os responsáveis pela heterogeneidade dessa formação discursiva, pois são sentidos que vêm para “desregular” a ordem já estabelecida, o que permite que haja a contradição dentro da FD e que o sujeito se contra identifique com os saberes da formação discursiva.

Por outro lado, esses novos sentidos, ocasionados pelo fim do crescimento econômico no Paraguai e agravados pela problemática da concentração de terras existente no país, serão absorvidos pela “FD do direito de ser cidadão brasileiro e/ou paraguaio)” e serão usados para legitimar os dizeres dos sujeitos inseridos nessa formação discursiva. Tal acontecimento incorpora, nessa FD, o dilema do imigrante brasileiro no Paraguai que não tem direito à terra paraguaia e à terra brasileira, tampouco a todos os direitos advindos de ser cidadão de um desses países. Inserido nessa formação discursiva, a imagem que os brasiguaios constroem sobre o ser brasileiro e/ou o ser paraguaio, ou seja, das vantagens de ser cidadão de um desses países e as desvantagens de viver à margem, sem direitos políticos, como se fora a Faixa de Gaza, constrói a memória predominante dessa FD. Nessa posição-sujeito, os brasiguaios

inserir-se em uma memória (que apesar de ser historicamente recente – o surgimento da designação “brasiguaios” apresenta pouco mais de 30 anos) remete à luta de um povo em busca de uma *terra prometida* para chamá-la de *sua*, aos desbravamentos do oeste pelos bandeirantes, assim como à própria condição de viver na fronteira, materializada pela comparação com a Faixa de Gaza e, sobretudo, por meio da própria designação “brasiguaios”, pois “que outros lugares de memória para as palavras senão as próprias palavras?” (NORA *apud* COURTINE, 2006, p. 9).

Na “FD do direito de ser cidadão brasileiro e/ou paraguaio”, é lembrada a luta pelo reconhecimento da cidadania brasileiro e/ou paraguaio e o direito à terra paraguaia, fato que se materializa pela própria designação “brasiguaios”, que funciona como um “lugar de memória” para essa FD, pois, a nosso ver, apesar da designação não ser algo materializado – no sentido de ter uma existência no mundo para comemorar e cultuar –, o surgimento da palavra “brasiguaios” (enquanto materialidade significante) funciona como “discurso fundador” (Orlandi, 2003)¹⁶, com o qual os sujeitos na “FD do direito de ser cidadão brasileiro e/ou paraguaio” se identificam e, a partir dessa FD, é regulado o que pode e deve ser dito/lembrado. A designação “brasiguaios”, nessa FD, não só remete à dupla nacionalidade, mas a uma dupla memória histórica/coletiva (a brasileira e a paraguaia) que não é possível esquecer, pois é lembrada no processo de atualização da designação “brasiguaios”. Nessa posição sujeito, então, inseridos na “FD do direito de ser cidadão brasileiro e/ou paraguaio”, identificam-se com a designação “brasiguaios”, a qual remota a uma memória que é preciso lembrar e resistir para não esquecer.

4 (In)conclusão: do lado da história, do lado da memória

¹⁶ Apesar de verificamos o uso da designação “brasiguaios” já em 1981, em uma reportagem da revista *Veja*: “Uma nação trilingue: a terra dos brasiguaios que foram viver em solo paraguaio” (edição 694, 23 de dezembro de 1981, *grifo nosso*), o que nos leva a acreditar que o uso dessa designação já era recorrente no início da década de 1980, Wagner (1990) e Albuquerque (2005) compartilham o argumento de que a designação “brasiguaios” surgiu em uma conversa entre os líderes dos brasiguaios e o deputado federal sul-mato-grossense Sérgio Cruz, na cidade de Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul em 1985, em que os brasileiros foram chamados de “brasiguaios, uma mistura de brasileiros com paraguaios, homens sem terra” (WAGNER, 1990, p. 11). Parece-nos que esse “acontecimento histórico” foi forjado como o momento inicial para esse povo, o qual se identifica e se aceita/assume como “brasiguaios”, homens sem terra, nação e, portanto, sem direitos de ser cidadão. Esse forjamento histórico tem a, nosso ver, o funcionamento de discurso fundador que se materializa por meio do enunciado “brasiguaios: homens sem terra” que vai ecoar e ressoar nos dizeres sobre os brasiguaios: “homens sem... terra/pátria/nacionalidade/direitos”. Ou seja, a partir desse acontecimento histórico e do uso da designação (uma tentativa de limitar os sentidos), que é definida pela preposição que indica ausência “sem”, os sentidos em torno dos brasiguaios se filiam em torno de uma ordem discursiva, havendo a transfiguração do sem sentido em sentido (ORLANDI, 2003).

Em um de seus últimos textos, Pêcheux (2009c, p. 26) afirma que “já era hora de começar a quebrar os espelhos” que punham os analistas do discurso em uma cegueira no tocante à história e uma surdez em relação à língua, fato que os levavam a cair “na pior das complacências narcísicas”: ceder para o real da história ou para o real da língua. Para o fundador da AD, o movimento que deve ser feito, nessa teoria, deve levar em consideração o real da história e o real da língua como co-existentes, daí a preocupação da AD, desde sua fundação, em situar-se na relação *entre*.

Entendemos que a relação entre história e memória, nesse sentido, ajuda-nos a pensar que todo fato discursivo reclama sentidos e todo ele é constituído na historicidade, já que faz parte do processo discursivo. Dessa forma, a história, enquanto processo, é constituída de contradições que são “homogeneizadas” pela historiografia, a fim de eliminar o seu real, dando-lhe uma transparência. A historiografia é, portanto, um efeito da política sobre a história, que é apreendida nas formações discursivas por meio das diferentes memórias. Daí afirmarmos que o discurso produzido sobre a história – a historiografia – ser apreendido diferentemente pelas FD, já que elas recortam de forma diferente esse discurso, delimitando o que pode e deve ser aceito no seu complexo. A memória, assim, está relacionada à FD e é por meio dela que é determinado o que pode e deve ser lembrado/dito. No entanto, por ser heterogênea e suportar a contradição, na formação discursiva, há sentidos que estão reprimidos e que podem irromper no dito, trazendo consigo uma outra memória que pode desestabilizar os sentidos estabelecidos dessa FD. É nesse jogo de forças, portanto, que os sentidos se constroem e se constituem.

A história (enquanto historiografia), além disso, caracteriza-se pela tentativa de apreender o passado, de linearizar as contradições históricas e de torná-las transparente. Nesse sentido, o ato de linearizar “a história se produz sob a repetição das memórias ‘estratégicas’” (PÊCHEUX, 2009c, p. 25), as quais permitem que determinados sentidos sejam estabelecidos e outros, relegados ao esquecimento. No caso dos brasiguaios, o trabalho da memória sobre a história permitiu que a história oficial a ser lembrada sobre os brasiguaios os excluísse da história oficial e os relegasse a viver à margem. É um trabalho da memória sobre a história que vai produzir efeitos (de apagamento de alguns sentidos) na cadeia discursiva. É, então, por meio do trabalho da memória sobre a história, a partir de uma FD, que temos a ilusão de que a história é isenta de contradição e que só há uma leitura possível para ela, o que produz o efeito de a história ser a própria memória, já que é esta que retorna na atualidade e regula o que pode e deve ser lembrado. A relação entre memória e história, dessa forma, salienta que não há memória sem falhas e história sem contradição, e que é no jogo de forças entre a

memória e a história que os dizeres se vão construindo, pois não há história que não reclame sentidos, que não se constitua em/pela memória.

Referências

- ALBUQUERQUE, José Lindomar. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. Tese de Doutorado em Sociologia – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.
- ALTHUSSER, Louis. [1970] **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Editorial Presença/Martins Fontes.
- CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, J.; NORA, P. **História: novos problemas**. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 17-48.
- COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, F. LEANDRO-FERREIRA, M. C. (Orgs.) **Os múltiplos territórios da Análise de discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999, p. 15-22.
- _____. O tecido da memória: algumas perspectivas de trabalho histórico nas ciências da linguagem. In: **Revista Polifonia**, Cuiabá: Edufmt, v. 12, n. 2, 2006, p. 1-13.
- _____. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.
- DE NARDI, Fabiele. Stockmans. Entre a lembrança e o esquecimento: os trabalhos da memória na relação com língua e discurso. In: LEANDRO FERREIRA, M. C. (Org.) **Discurso, Língua e Memória. Revista Organon**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 17, n. 35, 2003, p. 65-85.
- FONSECA, Rodrigo Oliveira. O. Os estudos históricos e a Análise de Discurso. In: **Revista Leitura**. Maceió, n. 50, pp. 259-287, jul/dez, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GUILHAUMOU, Jacques. Os historiadores do discurso e a noção-conceito de formação discursiva: narrativa de uma transvaliação imanente. In: BARONAS, R. L. (org.). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2007, p. 105-118.
- GUILLAUMOU, Jacques. MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo: A análise do discurso do lado da história. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gesto de leitura**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010,
- HEBERT, Thomas. [1966] (Michel Pêcheux) Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos Escolhidos**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011. p. 21-54.

_____. Observações para uma teoria geral das ideologias. In: **RUA-** Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp. Nucredi: Unicamp, n. 1, 1995.

HENRY, Paul. A história não existe? In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gesto de leitura**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 23-48.

HOBBSAWAN, Eric J. Dentro e fora da História. In: _____. **Sobre História**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013a, p. 13-24.

_____. O Sentido do Passado. In: _____. **Sobre História**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013a, p. 25-43.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; MITTIMANN, S.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (Orgs.) **Memória e história da/na Análise de discurso**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011, p.67-91.

MALDIDIER, Denise. O discurso político e a guerra na Argélia. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gesto de leitura**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 143-160.

MALDIDIER, Denise.; NORMAND, Claudine.; ROBIN, Régine. Discurso e ideologia: as bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gesto de leitura**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 61-98.

NASCIMENTO, F. A. S. Nas teias do sujeito do discurso: movimentos de resistência nos processos de identificação dos brasiguaios com o ser paraguaio. In: **Anais do VI SEAD – Seminário de Estudos em Análise de Discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2013, p. 1 – 7.

_____. **Entre as fronteiras da terra prometida**: os trabalhos da memória e da história na representação dos brasiguaios. Dissertação de Mestrado em Letras na Universidade Federal de Pernambuco, [s. n.], 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Bras. De Yara Aun Khoury. In: **Projeto História**, N. 10. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo. Dezembro 1993, p. 7 - 28.

ORLANDI, Eni. Vão surgindo os sentidos. _____ (Org.). **Discurso fundador**. Campinas: Pontes, 2003, p. 11-26.

PÊCHEUX, M. **Remontemos de Foucault a Spinoza**. Trad. Maria do Rosário Gregolin. Mimeografado.

_____. Sobre a (des)construção das teorias linguísticas. **Cadernos de Tradução**. Instituto de Letras: UFRGS, nº4, outubro de 1998, p. 35-55.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi *et al*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009a.

_____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: _____. **Semântica e discurso**. Trad. Eni Orlandi *et al*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009b, p. 269-281.

_____. O estranho espelho da Análise do discurso. In: COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCAR, 2009c, p. 21-26.

_____. Ler o arquivo hoje. In. ORLANDI, E. P. (Org.). **Gesto de leitura**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010a, p. 49-60.

_____. **Papel da memória**. 3. ed. In : ACHARD, P. et al. _____. Campinas: Pontes, 2010b, p. 49 - 58.

_____. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. 6 ed. Campinas: Pontes, 2012.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise do discurso no Brasil. In: _____(Orgs.). **Legados de Michel Pêcheux**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 7-38.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Em torno de observações para uma teoria geral das ideologias de Thomas Hebert. In: **Estudos da Linguagem**, Vitória da Conquista, n. 1, jun 2005, p. 15-21.

WAGNER. C. **Brasiguaios**: homens sem pátria. Petrópolis: Vozes, 1990.